

Pedra, Penha, penhasco - a invenção do Arcadismo brasileiro



Por **JEAN PIERRE CHAUVIN***

Trecho, selecionado pelo autor, do livro recém-lançado

Em 1995, Jorge Antonio Ruedas de la Serna (1945-2018) questionava o menor interesse dos estudiosos brasileiros em abordar as letras produzidas durante o chamado Arcadismo. Para o pesquisador mexicano, isso se devia ao fato de a poesia daquele período carregar ambiguidade estilística e política (em adesão à hipótese formulada por Antonio Candido em *Formação da Literatura Brasileira*, em 1959).

Seja como for, no ano seguinte à publicação de *Arcádia: tradição e mudança*, Ivan Teixeira se propunha a abordar aspectos sincrônicos e diacrônicos da poesia árcade, com ênfase na produção de Basílio da Gama. Em 1997, Joaci Pereira Furtado questionou o emprego de termos imprecisos em manuais de literatura brasileira, que haviam sedimentado a imagem de que os homens letrados que ocuparam ou passaram pelas vilas da capitania de Minas Gerais teriam sido despertados pelo sentimento nativista. Inventados como poetas dotados de gênio, a perícia técnica se diluía na trajetória ambivalente entre a burocracia cortesã e a denúncia versificada.

O debate sobre a sociabilidade cortesã e o papel das letras como componente da figuração enobrecedora foi retomado pelo historiador Marco Antonio Silveira, que, em 1997, descreveu a composição estratificada de Vila Rica, onde o esforço de se distinguir social e politicamente justificaria o empenho dos bacharéis em se instalar numa estrutura orientada por um sem-número de códigos, leis e preceptivas.

No ano seguinte, Perfecto Cuadrado editou uma alentada antologia (*Poesia Portuguesa do século XVIII*) em que também questionava o entrelugar dos poemas setecentistas nos estudos literários: “O século XVIII tem sido geralmente mal tratado [sic] (e maltratado) pela historiografia e pela crítica literária portuguesa”. A compilação editada na Galícia reverberava o alerta embutido na tese de Ruedas de La Serna, em São Paulo.

Quarenta anos após *Formação da Literatura Brasileira* ser publicada, Ivan Teixeira retornou ao cenário editorial com o impressionante *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*: obra decisiva para que se reavaliassem os textos produzidos sob a lupa da Inquisição, o poder de Sebastião José de Carvalho e Melo e as preceptivas vigentes naquele tempo.

Em 2001, Alcir Pécora incluiu o relevante capítulo “Amor à Convenção”, em torno da poesia de Silva Alvarenga, na coletânea *Máquina de Gêneros*. Dois anos se passaram, até que a *Revista USP* publicasse o dossiê *Brasil Colônia*, com numerosas colaborações em torno das matérias ditas coloniais, com destaque para os artigos de Luciana Gama e Ricardo Martins Valle – este, no ano anterior à conclusão de sua tese de doutorado sobre a obra de Cláudio Manuel da Costa.

Também data de 2003, *Estes penhascos*, versão em livro da dissertação de mestrado de Sérgio Alcides defendida em 1996, onde também alertava para os riscos de ler os poemas de Cláudio Manuel da Costa sob a lupa psicologizante, atrelada à mera subjetividade pessoal. Em 2008, a dissertação de Djalma Espedito de Lima, em torno da epopeia *Vila Rica*, recebeu o

prêmio da Capes e foi publicado em livro. De lá para cá, tornou-se mais difícil (se não constrangedor) ignorar ou desprezar os estudos relacionados à poesia e às artes produzidas durante o século XVIII, no antigo Estado do Brasil.

Mais recentemente, devem ser mencionadas a dissertação de mestrado (2017) e a tese de doutorado (2020) produzidas por Caio César Esteves de Souza, que descobriu poemas inéditos atribuídos a Alvarenga Peixoto; e a minuciosa análise sobre as edições de *Marília de Dirceu*, conduzida por Heidi Strecker durante o mestrado, concluído em 2020.

Neste ensaio, discute-se porque os poemas bucólicos que circularam no século XVIII vieram a ser descritos e classificados imprecisamente nos florilégios, coletâneas e manuais de literatura dita brasileira, escritos a partir do século XIX. Para evitar anacronismos, pretende-se situar e caracterizar de outro modo a poesia produzida no universo luso-brasileiro, entre a segunda metade do Setecentos e a primeira metade do Oitocentos, o que implica percorrer versos produzidos por numerosos letrados que viveram aquém e além-mar naquele período.

Para isso, consultaram-se coletâneas da poesia produzida durante o Setecentos. Para melhor discorrer sobre a matéria, o trabalho se concentrou em dois vértices: (i) Revisão da historiografia “literária” luso-brasileira, especialmente aquela feita no país; (ii) Breve análise de obras produzidas nas partes do reino de Portugal, durante o período.

Sobre o segundo item, vale o alerta de Evaldo Cabral de Mello (2002, p. 15), em *Um Imenso Portugal*, de que “[Em 1822,] os nacionalistas não éramos nós, mas os portugueses de Portugal que, dentro e fora das Cortes de Lisboa, clamavam contra o que lhes parecia a escandalosa inversão de papéis pela qual o Brasil transformara-se no centro da monarquia lusitana, relegando a metrópole à posição de colônia”.

Em *Pedra, Penha, penhasco*, a poesia atribuída aos homens letrados do Setecentos é considerada como texto e pretexto para ilustrar a tentativa de filiação às *auctoritates* (modelos colhidos na tradição greco-latina, medieval e moderna), e claro, discorrer sobre os usos da retórica e da poética nos versos produzidos, sob a túnica eclesiástica e o manto Real, recuperando a lição de Ernst Kantorowicz sobre as dimensões temporal e espiritual do rei. Tenha-se em mente o caráter convencional e protocolar, aplicado aos poemas e à performance dissimulada dos homens letrados,^[i] durante o período – que não guardavam relação direta com o senso “nativista”, nem envolviam “espontaneidade”, fruto de sentimentos “inspirados” pela natureza local.

***Jean Pierre Chauvin** é professor de Cultura e literatura brasileira na Escola de Comunicação e Artes da USP. Autor, entre outros livros de Sete falas: ensaios sobre tipologias discursivas (Editora Cancioneiro). [<https://amzn.to/3sW93sX>]

Referência

Jean Pierre Chauvin. *Pedra, Penha, Penhasco: a invenção do Arcadismo brasileiro*,. São Paulo, Pedro & João Editores, 2023, 100 págs. Disponível [aqui](#).

Nota

^[i] Ao examinar a poesia de Cláudio Manuel da Costa, Ricardo Martins Valle (*Revista USP*, n. 57, 2003, p. 119) percebeu que “A fábula inventa a criação de um rio, nascido de uma pedra, desentranhada de uma terra, que mais tarde sustentará os cuidados dos homens presentes. O mito inflete duas quedas, a do pai e a própria, e três numes atuam, como *machina*, sobre a tragédia: Júpiter, Apolo e Amor. Para aquela civilização regida pelas ordenanças régias, as potências do concerto e do desconcerto do mundo se sustentavam sobre os atributos dessas três deidades pagãs as quais deviam servir de ornamentos ao documento dos versos de Cláudio”.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)

A Terra é Redonda